

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO
CURSO DE LETRAS-JAPONÊS

TÁBATA QUINTANA YONAH

**A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS BRASILEIROS NO JAPÃO:
CARACTERÍSTICAS SOCIOLÓGICAS DO FENÔMENO DECASSÉGUI E
SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO INFANTO-JUVENIL**

BRASÍLIA

2013

TÁBATA QUINTANA YONAHÁ

A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS BRASILEIROS NO JAPÃO:
CARACTERÍSTICAS SOCIOLÓGICAS DO FENÔMENO DECASSÉGUI E
SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO INFANTO-JUVENIL

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
licenciado em Língua e Literatura Japonesa
da Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Ronan Alves Pereira

BRASÍLIA

2013

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ronan Alves Pereira – Universidade de Brasília (UnB)

Examinadora: Prof^a. Dr^a. Michele Eduarda Brasil de Sá – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Examinadora: Prof^a. Ms. Yuko Takano – Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

Este trabalho busca compreender, sob a luz de teorias sociológicas, o reflexo do fenômeno decasségui na educação de crianças e jovens brasileiros residentes no Japão. Para atingir tal objetivo, recorreu-se aos trabalhos de Jeffrey Lesser, Tomo Handa, Lili Kawamura, Takeyuki Tsuda e Hiroshi Saito e outros autores como leitura complementar e referência histórica. Identificou-se algumas características relacionadas ao fenômeno vivenciadas pelos imigrantes, tais como migração circular, crise de identidade, conflitos de classes e alienação social. No âmbito escolar, descreveu-se brevemente as condições de acesso à educação por parte desse grupo, ou seja, a rede escolar japonesa e a rede escolar brasileira no Japão e seus respectivos funcionamentos. Espera-se, com este estudo, ter demonstrado a relevância da discussão acerca da escolaridade para esse grupo.

Palavras-chave: fenômeno decasségui; *nikkei*; crianças brasileiras no Japão; imigração; educação.

ABSTRACT

This work aims at understanding, from the perspective of sociological theories, the impact of the *dekasegi* phenomenon on the education of Brazilian children living in Japan. In order to achieve this goal, the works of Jeffrey Lesser, Tomo Handa, Lili Kawamura, Takeyuki Tsuda and Hiroshi Saito served as main references. Other papers were used as supplementary reading and historical reference. It was identified some characteristics related to this migration phenomenon, such as circular migration, identity crisis, class conflicts and social alienation. In the context of education, it was briefly described the conditions of access to education for this group, that is, Japanese school system and Brazilian school system in Japan and the way they operate. It is expected that this study demonstrate the relevance of the discussion regarding the education for this group.

Keywords: *dekasegi* phenomenon, Japanese-Brazilians; Brazilian children in Japan; immigration; education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
 CAPÍTULO 1- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOLOGICA.....	10
1.1 A MIGRAÇÃO JAPÃO- BRASIL.....	10
1.2 O FENÔMENO DECASSÉGUI.....	15
 CAPÍTULO 2 – COMUNIDADE BRASILEIRA NO JAPÃO.....	24
2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRA NO JAPÃO.....	24
2.2 CRISE DE IDENTIDADE, CONFLITOS DE CLASSE E ALIENAÇÃO SOCIAL.....	27
.	
 CAPÍTULO 3- EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS E JOVENS BRASILEIROS NO JAPÃO.....	31
3.1 REDE ESCOLAR JAPONESA.....	35
3.2 REDE ESCOLAR BRASILEIRA.....	43
 CONCLUSÃO.....	47
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

INTRODUÇÃO

O tema "educação infanto-juvenil de brasileiros no Japão" recentemente vem ganhando espaço nas discussões acerca do estabelecimento dos imigrantes brasileiros em terras nipônicas. O perfil do imigrante brasileiro desde a década de 80 até a atualidade mudou drasticamente no âmbito social e trabalhista, pois, se durante o início da imigração os chefes de família vinham desacompanhados, hoje é possível visualizar a introdução de famílias completas. Ressalta-se também o fato de que, na medida em que ocorre a mudança no período de residência desses trabalhadores, consequentemente as necessidades educacionais emergem e demandam cada vez mais atenção dos órgãos competentes de ambos os países.

A proponente deste trabalho de final de curso residiu no Japão em família de *decasségui* e passou pela experiência de estudar em escola brasileira na cidade de Hamamatsu, entre 2002 a 2004. Neste trabalho, porém, a questão educacional entre brasileiros no Japão vai além do interesse pessoal. Ela também é considerada como processo muito mais amplo do que apenas a aquisição de conhecimentos, mas como a socialização plena do indivíduo. O interesse na discussão surge não apenas por parte dos pais de crianças e jovens, mas por toda uma comunidade *nikkei* que, ultrapassando a condição temporária e aleatória de trabalho, modifica-se gradualmente para a de residentes de longa permanência.

O choque cultural, encontrado nos valores e conduta distintos enfrentados pelos brasileiros certamente é uma das maiores dificuldades encontradas no processo adaptativo. A escolha da rede escolar é uma decisão cercada por questões sociais, financeiras e identitárias. Ambas as redes escolares, japonesa e brasileira no Japão, apresentam deficiências quanto ao processo educativo e de socialização e o principal objetivo deste estudo é buscar a compreensão dessa realidade à luz da sociologia.

Tendo em vista o objetivo da promoção do desenvolvimento da área educacional, serão discutidos neste trabalho os principais desafios vivenciados por esses indivíduos, assim como as oportunidades que tornem possível essa socialização. Paulo Freire, em "Pedagogia da Autonomia" ressalta a

importância do compromisso ético com os educandos que devem ser tidos como seres sociais e históricos: “A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado” (FREIRE, 1996, p. 24)

CAPÍTULO 1- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA

1.1 A MIGRAÇÃO JAPÃO- BRASIL

O processo imigratório no Brasil ganhou força com a abolição dos escravos, em 1888, por meio do sancionamento da Lei Áurea que previa o fim do trabalho escravo e o início de uma nova era no país. O Brasil passa a ter um sistema de mão de obra assalariado e inúmeros estrangeiros viram-se atraídos por essa proposta, principalmente grupos oriundos da Itália, Alemanha e Japão. O último grupo será o foco do trabalho em questão.

Segundo Lesser (2003), com a vinda do diplomata japonês Sho Nemoto em setembro de 1894 ao Brasil, houve um despertar de mútuo interesse na cooperação Brasil-Japão, pois, de um lado, havia o forte interesse da importação da mão de obra e, de outro, a necessidade de exportar o excesso populacional. Consequentemente, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão foi celebrado em Paris no dia 5 de novembro de 1895, entre os ministros plenipotenciários dos dois países acreditados junto ao governo francês (NINOMIYA, 1995). O acordo rendeu a vinda de mais de 189 mil imigrantes entre os anos de 1908 a 1941, seguidos de mais outros 50 mil após a Segunda Guerra Mundial. Sakurai (2008) reitera essa proporção afirmando que, entre os anos de 1908 a 1970, chegaram cerca de 250 mil japoneses.

Em 1908, já com os laços bilaterais fortalecidos, o navio japonês *Kasato Maru*, trazendo aproximadamente 781 japoneses atracou no Porto de Santos. Essa chegada pode ser considerada o marco da imigração japonesa no Brasil (HANDA, 1987). Essas famílias vieram em busca de melhores condições de vida durante o período Meiji (1867-1912), época na qual o país enfrentava drásticas mudanças político-econômicas. Segundo Bath (1993), as nações desenvolvidas do Ocidente serviram de modelo para o desenvolvimento japonês como uma nação moderna. Contudo, esse desenvolvimento não ocorreu de forma a alcançar toda a população e, incentivados pelo Governo a sair do país, japoneses emigraram para diversos países, tais como Havaí, Estados Unidos, Manchúria, Coréia e países sul-americanos necessitados de

mão de obra, como o Brasil. As famílias que desembarcaram no porto de Santos eram em sua grande maioria de camponeses, motivados pela campanha japonesa de “cultivar a árvore que dava ouro” (café) e fugir da miséria que assolava o país. A experiência dos imigrantes japoneses em terras brasileiras foi bem diferente do que lhes foi prometido antes de saírem do Japão: local de muita terra em que as pessoas só precisam estender os braços para achar o que comer (SAKURAI, 2008). O trecho a seguir resume a situação dos pioneiros dessa imigração experimental:

(...) os imigrantes foram encaminhados para as lavouras cafeeiras, mais especificamente para as seis fazendas mais importantes: Dumont (51 famílias), Guatapará (23 famílias), São Martinho (27 famílias), Sobrado (15 famílias), Floresta (24 famílias), Chanaan (24 famílias). Ali chegando, eles se deparam com uma realidade totalmente distorcida daquela que lhes foi prometida. As acomodações, por exemplo, eram pequenas casas que mais pareciam ocas indígenas, com chão de terra batida. As jornadas de trabalho eram enormes, o que os obrigava a levantar entre três e quatro horas da madrugada e algumas vezes ir dormir tarde da noite. Os salários, quando pagos em dia, eram irrisórios e mal davam para pagar as despesas mínimas que tinham com alimentação (CRUZ; ROSA; KEISE, 2008).

Outra queixa unânime eram as dificuldades de comunicação providas do desconhecimento da língua portuguesa. Além de não entenderem as ordens, muitas vezes surgiam mal entendidos exaltando os ânimos tanto de brasileiros como de japoneses. Dentre as dificuldades encontradas por esses pioneiros, havia a diferença do padrão alimentar, surgimento de doenças endêmicas e psicológicas, casos de alcoolismo e vícios variados resultantes do trabalho físico extenuante a que eram compelidos a realizar. Somado a esses fatores de dificuldade de adaptação ao novo país, havia também uma postura ideológica de “branqueamento” do país por parte das elites brasileiras, causando diversos transtornos aos recém-chegados.

A elite mostrava-se preocupada não apenas com o desenvolvimento socioeconômico, mas também em atender a essa lógica de “branquear” o povo, justificando a procura por europeus brancos. “Os japoneses, ‘amarelos’, isto é, os asiáticos, não condiziam com os ideais da construção da identidade nacional brasileira, que era baseada na política de embranquecimento” (SASAKI, 2006, p.100). Conforme atestado pelo Secretário de Agricultura em 1909, Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, a primeira leva de imigrantes não surtiu o efeito esperado:

A imigração japonesa parece não produzir os resultados esperados. Os 781 primeiros imigrantes, introduzidos na vigência do contrato de 6 de Novembro de 1907, deram entrada na Hospedaria da Capital em junho do ano indo; mas, na maioria indivíduos solteiros e pouco habituados à lavoura, esquivaram-se a certos serviços agrícolas, que abandonaram aos poucos. Sómente ficaram nas fazendas algumas famílias constituídas por verdadeiros agricultores, que trabalham muito a contento dos fazendeiros em cujas propriedades se localizaram. (*apud* Semanario Zona Norte, 2010)

Apesar de todas as acaloradas discussões e incertezas sobre o migrante japonês, em 1910 chegaram a Santos 906 passageiros, somando 247 famílias trazidas pelo segundo navio imigrante, o *Ryojun-maru* (HANDA, 1987). A tendência de importação de mão de obra para suprir as necessidades da lavoura de café durou até o início da década de trinta, pois, com a ascensão do Governo Vargas, houve o declínio do sistema agrário exportador para o urbano-industrial. Posteriormente, outro ponto de divergência marcante na história da imigração japonesa foi o período da Segunda Guerra Mundial, pois havia uma forte restrição à ação dos imigrantes instalados no país a fim de evitar correntes extremistas. No caso dos japoneses, houve o fechamento de escolas dos imigrantes e a proibição da fala do idioma japonês, assim como também foi proibido ouvir a transmissão de rádios japonesas. É importante ressaltar o fato de que, esperançosos em retornar ao Japão algum dia, a maioria dos japoneses preocupavam-se em ensinar o idioma aos seus filhos e, mesmo de modo improvisado, promoviam a construção de escolas por meio de mutirão e o pagamento dos professores das escolas era dividido entre os pais (SAKURAI, 2008). O próprio governo Japonês providenciava livros didáticos e o envio de professores a fim de fortalecer a educação dos japoneses conforme os ideais de nacionalismo e militarismo ensinados em sua terra natal.

A integração já existente dos italianos à vida da cidade torna menor a perseguição a esses imigrantes durante a Segunda Guerra, se comparada aos alemães e japoneses. Durante a guerra e quando o Brasil entra no conflito, os italianos, principalmente aqueles que tinham aderido aos sonhos grandiosos de Mussolini, passaram a sofrer agressões anteriormente desconhecidas. Italianos, mas principalmente alemães e japoneses, passaram a ser chamados de “quinta coluna”, ou seja, aqueles que ajudavam aos exércitos do Eixo (OLIVEIRA, 2001, p.41).

Se por um lado havia a repressão e vigilância por parte do Governo de Vargas sobre os imigrantes alemães, italianos e japoneses após o rompimento do Brasil com os países do Eixo, havia em contrapartida grupos radicais da colônia de imigrantes japoneses que se recusavam em admitir a derrota japonesa. Sustentando a vitória de seu país, grupos radicais¹ tais como o conhecido *Shindo Renmei* são formados. O grupo, liderado pelo coronel Junji Kikawa, surgiu em janeiro de 1946, e tinha o objetivo de “liquidar todo aquele que contrariar todos os interesses do Mikado” (KUBOTA, 2012), pois na mente e palavras de Kikawa chegara a hora de alguém “unificar novamente a colônia japonesa em torno do Yamato Damashii” (*idem*).

Para outros inúmeros japoneses, no entanto, “a fixação definitiva no Brasil, que vinha ocorrendo há pelo menos uma década, é finalmente incorporada e aceita. A guerra foi o pretexto simbólico para legitimar o processo, que era inexorável, da permanência definitiva no Brasil” (SAKURAI *apud* SASAKI 2006, p. 1).

Sendo assim, após a Segunda Guerra, com a assinatura do Tratado de Paz entre Brasil e Japão, um novo grupo de imigrantes japoneses chega ao Brasil. Havia uma diferença entre os japoneses que imigraram pré e pós-guerra. Os do pós-guerra – chamados de “Japão Novo” – eram jovens rapazes especialistas na área agrícola e também em alguns setores da indústria. Segundo Sasaki, nos anos 1960, o Japão começou a prosperar e diminuiu o fluxo migratório para o Brasil, resultando no encerramento do programa de emigração em 1973. O contingente japonês com destino ao Brasil no período pós-guerra, entre 1953 e 1973, foi de aproximadamente 53 mil (CEHOAIJB *apud* SASAKI, 1996).

A colônia japonesa passou por profundas mudanças durante e após a Segunda Guerra Mundial. Inicialmente a mudança de estrutura resultou na urbanização, desagregando a comunidade étnica e o início da identificação desses indivíduos com a sociedade dominante (SAITO, 1961). A decadência

1 *Zaihakuzai Gunjinkai* (Associação dos Ex-militares Japoneses no Brasil) e a *Sei Aikoku Dan* (Grupo dos Verdadeiros Patriotas), ambas em São Paulo; *Sin Kiu Saikai* (Sociedade Mútuo Socorro de Guerra), *Sokoku Aikoku Seki Sei Dan* (Terra Natal de Amor da Pátria de Nascimento) e a *Shindo Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos), *Taisei Yokusan Doshikai* (Associação dos Correligionários da Cooperação da Grande Política, em Bastos) (Kubota, 2012).

das características mais conservadoras favorece a emancipação de inúmeros jovens e, ainda segundo Saito, o antagonismo entre as duas gerações, “velha” e “nova”, marcou época na colônia japonesa do pós-guerra.

A presença japonesa em solo brasileiro apesar de, a princípio, ter sido dificultosa e cercada de polêmicas, gradualmente estabeleceu-se de forma satisfatória. A agricultura independente, iniciada no final dos anos 1920 e início dos 1930 foi o início de uma nova fase para os imigrantes e a introdução de plantações de subsistência marcou fortemente a história dos japoneses no Brasil. Segundo Sakurai (2000), nem todos os terrenos mostraram-se férteis e as inúmeras dificuldades fizeram com que muitos abandonassem as terras à procura de novas, justificando a mobilidade espacial dos japoneses no Brasil. A autora conclui que o resultado dessa nova etapa pode ser avaliado pela mudança no perfil da produção agrícola da época, com a inserção de novos produtos na escala comercial, tais como algodão (“ouro branco”), arroz, batata, chá e banana.

Falava-se então na existência de uma “vocação agrícola” reforçada pelo papel exercido pelas cooperativas agrícolas. Tal como o famoso ditado “basta reunirem-se três japoneses que se funda uma associação”, diversas foram formadas dentre elas ligas esportivas, escolas e espaços de lazer e cultura. Essas diversas associações tiveram papel fundamental no estabelecimento dos imigrantes, ora integrando-os à sociedade brasileira, ora fortalecendo os laços de união entre os mesmos objetivando cooperação e prosperidade.

No período pós-guerra, em particular, diversas entidades associativas foram formadas, tais como a Cooperativa Agrícola de Cotia, Casa Bancária Bratac, Cine Niterói, Nippon Country Club e diversas outras associações recreativas e religiosas (Cruz, Rosa, Keisi, 2008). Por meio das cooperativas era possível resolver as dificuldades de negócios com os proprietários de terra, escoamento de plantações, arrendamentos e outras ações que geralmente eram incumbidas ao representante da associação.

A visibilidade pública alcançada em 1930, devido ao sucesso da contribuição para a formação do “cinturão verde” e aos primeiros casulos de produção de bicho da seda provenientes das colônias, solidificou-se com a participação de japoneses e seus descendentes em 1970 explorando o cerrado num projeto conjunto com o governo brasileiro. No entanto, o movimento

imigratório reverteu-se durante os anos 1980, quando os brasileiros descendentes de japoneses migram para o Japão em busca de trabalho e melhores salários. Este surto migratório é comumente referido como “fenômeno decasségui”.

1.2 O FENÔMENO DECASSÉGUI

A definição básica do fenômeno decasségui significa a corrente de trabalhadores estrangeiros descendentes de japoneses, principalmente naturais da América Latina, com destino ao Japão a fim de trabalhar na área industrial de produção japonesa. Segundo a definição de Lesser (2003), fenômeno decasségui é o processo de:

'Imigração de retorno' de nipo-brasileiros para o Japão no final de 1980 por conta de uma severa crise econômica brasileira aliada à falta de mão de obra não qualificada no Japão. A maioria dos nipo-brasileiros trabalha como trabalhadores temporários em fábricas de empresas de pequeno e médio porte no setor de manufatura, apesar de serem relativamente bem educados e a maioria de classe média no Brasil, ainda assim ganham de cinco a dez vezes dos seus salários brasileiros no Japão como trabalhadores de fábricas (LESSER, 2003, p.122; tradução nossa).

Segundo Sasaki (2006), o perfil desses emigrantes era o de pessoas da classe média que buscavam manter ou elevar seu padrão de vida. Eram geralmente os próprios japoneses residentes no Brasil ou seus filhos, ou seja, a primeira geração (*issei*) ou a segunda geração (*nissei*) não nascida no Japão. Sendo assim, muitos possuíam nacionalidade japonesa ou dupla nacionalidade, facilitando a entrada em território japonês. Esses indivíduos são considerados, então, como a primeira leva de imigrantes brasileiros com destino ao Japão, ou seja, a primeira geração de imigrantes. Higuchi divide o movimento decasségui em cinco principais fases, sendo a primeira entre os anos de 1980 a 1984 (*apud* KOJIMA, 1999, p.82). Essa geração foi representada por chefes de família que iam desacompanhados, ou seja, sem a companhia de suas esposas ou filhos, tendo em vista a preocupação dos desafios de uma vivência sócio-cultural, financeira e até mesmo emocional

distinta.

Na segunda fase (1985 a 1989) iniciou-se um período de recrutamento mais intenso de trabalhadores. Pode-se dizer que, assim como a produção do café pode ser considerada um fator propulsor para a vinda de japoneses ao Brasil, o *boom* econômico japonês foi um fator atrativo na decisão de emigrantes com destino ao Japão. Especificamente no Brasil, esse fato somado ao de que o país atravessava uma séria crise econômica, com taxas altas de inflação e situação política fragilizada em processo de redemocratização, representou motivo suficiente para inúmeros indivíduos deixarem o país.

A terceira fase (1990 a 1992) representou a entrada dos *nisseis*, aumentando consideravelmente o número de migrantes. Todavia, inúmeros foram os imigrantes que compartilharam do pensamento dos brasileiros quanto à possibilidade de lucro financeiro. O Japão, por outro lado, demandava com urgência mão de obra estrangeira, haja vista o fato de que os jovens japoneses não demonstravam interesse em trabalhar na cadeia produtiva das fábricas de pequeno e médio porte, mas sim um destaque para empresas maiores que lhes oferecesse uma perspectiva de trabalho totalmente diferente. Segundo Sasaki (2006), havia ainda o fator de que a população idosa japonesa era numerosa e esse fato associado ao baixo índice de natalidade, fez com que os japoneses optassem pela mão de obra estrangeira.

Não apenas brasileiros formavam parte desse novo grupo de trabalhadores, mas também estrangeiros com residência ilegal, oriundos de diversos países asiáticos como a China, Filipinas, Paquistão, Coreia do Sul e outros (SASAKI, 2006). Devido ao relaxamento das leis de imigração, o Japão poderia satisfazer sua demanda de trabalho a partir do grande grupo de desempregados e subempregados de vizinhos asiáticos (YAMANAKA, 1993, p. 72; tradução nossa). Em geral, esses migrantes ilegais eram homens que se dirigiam aos setores de construção e manufatureiro, e grande parte das mulheres imigrantes ilegais apreendidas eram empregadas como atendentes (*hostesses*) e “animadoras” (*entertainers*) de bar, recrutadas pela “indústria do sexo” (MORITA & SASSEN *apud* SASAKI 2006).

Diante da ilegalidade de muitos trabalhadores estrangeiros, decidiu-se pela reforma da Lei de Controle da Imigração do Japão em 1990, controlando

os empregadores ilegais e os intermediários do processo de contratação. Contudo, a reforma não surtiu o efeito esperado, pois muitos ainda continuaram com as contratações ilegais e, como ainda havia a necessidade de mão-de-obra, substituíram gradualmente os trabalhadores ilegais por trabalhadores descendentes de japoneses provenientes da América do Sul, principalmente brasileiros e peruanos (YAMANAKA, 1996; KOMAI, 1992; SASAKI, 2006).

Por meio da nova categoria de residência para descendentes de emigrantes japoneses de até terceira geração (*sansei*), milhares de japoneses-brasileiros e japoneses-peruanos puderam entrar, trabalhar e viver no país. De acordo com Yamanaka (1993), estes indivíduos podem ser classificados em cinco categorias ou subgrupos, baseados no seu status legal de admissão e o seu tipo de emprego:

- 1) Nikkeijin – legalmente autorizados a trabalhar em todos os níveis por até três anos (25.700 em 1991).
- 2) Estagiários de Empresa – Não autorizados a trabalhar, mas podem envolver-se com trabalhos manuais como parte do programa de treinamento (43.600).
- 3) Estudantes – Particularmente aqueles que estavam matriculados em escolas de língua japonesa; permissão de 4 horas de trabalho por dia (30.300).
- 4) Mulheres “artistas”– tecnicamente profissionais, mas na realidade realizavam trabalho barato na indústria do lazer.
- 5) Trabalhadores ilegais – Ultrapassam seus vistos e trabalham sem um visto apropriado (Estimados em 300.000) (YAMANAKA, 1993, p. 77; tradução nossa).

A conclusão de Yamanaka (1993) é de que, voluntariamente ou não, a chegada desses trabalhadores não qualificados ao Japão representou uma abertura do país a outras raças e culturas. No entanto, Reis (2000) alude ao fato de que o Governo Japonês tomou muita cautela ao reformular a lei de imigração justamente a fim de evitar a má interpretação de que o Japão estaria recebendo trabalhadores não qualificados no mercado.

Durante a quarta fase (1993 a 1997) o Japão encontrava-se diante de uma forte recessão econômica, mas ainda assim era crescente o número de trabalhadores brasileiros. Estes imigrantes eram uma mão de obra que poderia facilmente ser despedida, já que se encontrava em situação vulnerável, agenciada por empreiteiras, atendendo à oscilação da produção e substituindo os trabalhadores regulares (Kajita *apud* KOJIMA, 2009, p. 85). O termo *decasségui* toma visibilidade nas discussões bilaterais Brasil-Japão quando, em 1996, o Cônsul Geral do Japão em São Paulo escrevia: “Recentemente, numerosos descendentes de imigrantes japoneses têm ido ao Japão trabalhar, o que ficou conhecido como fenômeno *decasségui*” (REIS, 2000, p.26).

Por fim, a quinta fase (1998 aos dias atuais) é representada por trabalhadores já bem estabelecidos. As principais características desse grupo são: a mudança de gerações, o declínio da escolaridade e o problema da educação dos filhos. (KOJIMA, 2009, p. 85). A autora esclarece que o declínio de escolaridade não é justificado pela entrada de imigrantes de baixa renda, mas por conta da mudança ocorrida entre as gerações, em outras palavras, os filhos desses imigrantes começam a participar do mercado de trabalho japonês.

A tabela abaixo revela o crescimento gradual do ingresso de brasileiros, *nisseis* e *sanseis*, no Japão:

Ano	Número	Ingresso durante o ano
1986	2.135	135
1987	2.250	115
1988	4.159	1.909
1989	14.528	10.369
1990	56.429	41.901
1991	119.333	62.904
1992	147.803	28.470
1993	154.650	6.847
1994	159.619	4.969
1995	176.440	16.821
1996	201.795	25.355

FONTE: (REIS, 2000, p. 27)

Tendo em vista que o Japão recebeu diversos imigrantes durante diferentes períodos, o presente trabalho busca analisar o perfil do imigrante na atualidade, a fim de compreender os desafios sociais enfrentados por esses indivíduos, principalmente na área educacional. A ênfase na educação, em uma dimensão política e social, faz-se extremamente necessária como a compreensão da dinâmica do processo de inserção desses indivíduos na sociedade japonesa e, dessa forma, busca propor novas perspectivas para que haja uma convivência harmoniosa e igualitária entre brasileiros e japoneses.

Diferentemente do início do processo migratório, quando os chefes de família iam ao Japão geralmente sozinhos, os números indicam (ver tabela 2) que o número de crianças e jovens tem aumentado consideravelmente. Atualmente, a educação de crianças e jovens brasileiros no Japão pode ser

considerada um dos principais desafios de ajustamento social. Kawamura (1999) aponta que as relações internacionais entre governos brasileiro e japonês vêm se realizando com sucesso no âmbito econômico, financeiro e diplomático, mas que ainda os problemas relacionados à educação de crianças brasileiras no exterior, a continuidade da escolarização e readaptação de adultos e crianças no Brasil vêm aumentando.

Nos próximos capítulos, a situação escolar de crianças brasileiras na rede escolar japonesa e brasileira no Japão será focalizada. Compreender e apontar as especificidades desse processo pode auxiliar a propor a instalação de recursos e métodos apropriados ao entrosamento efetivo dos filhos desses imigrantes. Segundo Kawamura (1995, p.887) “o processo educativo por que passam os trabalhadores brasileiros, suas famílias e crianças compreende ainda um processo unilateral de submissão de valores, costumes e normas da sociedade japonesa nos diversos setores em que se fazem presentes”. Em outras palavras, é necessário que haja uma mobilização civil de ambas as partes no intuito de promover o desenvolvimento na área educacional para estrangeiros, pautada pelo respeito às diferenças culturais e respaldada por iniciativas de políticas públicas adequadas, tanto por parte do governo brasileiro como do governo japonês.

A discussão dos fenômenos migratórios faz-se extremamente importante para a compreensão da realidade social de brasileiros imigrantes e sua atuação em países estrangeiros, tais como adaptação e interação social, condições de educação e trabalho, mobilidade social etc. A importância da distinção das categorias de migração é defendida por Cassarino (2004). O autor ratifica a existência de vários tipos de repatriados e suas distinções² (variando de migrantes econômicos a refugiados e os que buscam asilo) como também sustenta a necessidade de compreensão de perguntas tais como: quem retorna; quando; porquê; e por quê alguns repatriados assumem a posição de atores de mudanças em situações sociais e institucionais específicas em seus países, e outros não.

Alguns autores defendem a ideia do “fenômeno decasségui” como a ida de brasileiros de ascendência japonesa rumo ao Japão, principalmente

2 O termo utilizado pelo autor na língua inglesa é *returnee*.

cidadãos da classe média, buscando melhores condições de vida diante da crise econômica enfrentada no país. Juntamente com a questão econômica, trazem também à tona a questão da mobilidade social e o desejo de elevação de status perante a sociedade. Esta linha de pensamento pode ser encaixada na teoria de sistemas de migração como a *push pull*, pois há ênfase nas mudanças macro estruturais. Segundo Yamanaka (1996) isso ocorre quando os fatores econômicos e demográficos são tidos como uma das principais causas para a migração trabalhista. Sendo assim, “a imigração é vista como uma consequência de cálculos tácitos e individualistas pelos imigrantes em busca de oportunidades econômicas melhores em outros locais” (BORJAS apud YAMANAKA, 1996, tradução nossa).

Todavia, há também outra linha de pensamento sobre a ida de brasileiros ao Japão como o retorno dos descendentes dos japoneses rumo à terra dos seus ancestrais. Essa perspectiva pode ser esclarecida dentro de uma teoria migratória que combine tanto o paradigma *push pull*, que focaliza as mudanças econômicas e demográficas como interação ativa de processos de migrações internacionais, como também o do modelo histórico estrutural, que focaliza contextos de migração no nível político histórico, tais como laços coloniais e bases militares como forças geradoras de desigualdades entre os dois países (op.cit). A autora esclarece que o fenômeno Nikkei não pode ser simplesmente elucidado pela associação de fatores demográficos ou econômicos com a reestruturação econômica de forma isolada, mas que é necessário incluir as forças políticas, históricas e culturais também.

Lesser (2003), ao definir o fenômeno decasségui como o retorno de nipo brasileiros ao Japão, ressalta que apesar do retorno desses brasileiros à sua pátria étnica (Japão) isso não significa que eles a sintam como uma pátria, pois são obscurecidos pela desorientação e angústia pessoal causada pela sua alienação social, que é também resultante da rejeição étnica praticada por japoneses. Outros autores, tal como Yamanaka (1996, p.90), aponta esse fenômeno como a diáspora *nikkeijin*, moldando um processo que a autora chama de “formação de diáspora circular”, pois há uma circulação entre o país adotado e o ancestral e o conceito de “casa” varia de acordo com essas mudanças. Refere-se ao processo de *return migration* ao discorrer sobre imigrantes que tenham retornado da sua pátria na América Latina rumo à pátria

ancestral, Japão, a partir da qual seus avós ou bisavós emigraram entre o período de 1908 e 1973 (YAMANAKA, 1996, p. 67, tradução nossa). Ressalva, contudo, que apesar da aparência inicial de japoneses, os imigrantes da América Latina mostraram-se completos estrangeiros, com língua, cultura, personalidade e comportamento próprios.

Como resultado da falha de adaptação desses trabalhadores, eles tem a visão de si como brasileiros estrangeiros ao invés de *nikkeijin*, que seriam os descendentes de japoneses. De acordo com Yamanaka (1996), dessa forma eles podem criar uma nova imagem étnica de si e acreditar no mito do retorno ao Brasil. O apoio psicológico encontra-se no fato de que sua estadia é tida como temporária e que, em breve, retornarão à pátria, apesar da falta do sentimento de pertencimento tanto ao Brasil quanto Japão. De acordo com Reis (2001) o fenômeno decasségui já foi rotulado como *U-turn migration* ou *return migration* por vários autores, mas a realidade é que devido às dificuldades de adaptação social e à facilidade de deslocamento entre os países, o fenômeno tende a adquirir a característica de *circular migration*, como sugerem Yoko Sellek ou T. Kajita.

Outra característica apontada pelos pesquisadores é a chamada “migração circular” ou “repetitiva”. Segundo Kojima (2009) a migração repetitiva refere-se aos indivíduos que “vão e retornam entre locais de residência, no caso, situados em países diversos, repetindo muitas vezes esse ‘vai e volta’”. Outra perspectiva desse mesmo processo, como citado por Yamaguchi (*apud* KOJIMA, 2009, p.101) define essa movimentação de indivíduos como *Return Migration*, ou seja, um contingente populacional que não consegue fixar um local de residência para si em nenhum dos países envolvidos e, dessa forma, permanecem deslocando-se entre esses.

Para Mori (*apud* KOJIMA, 2009, p.101) a definição de *Transmigration* denota um modo de vida, a repetição do “vai e vem”, construindo a vida social de natureza transnacional e mantendo em mente a ideia de retorno para a terra natal. Compreende-se, portanto, por meio das perspectivas teóricas supracitadas que, inicialmente, o imigrante brasileiro deixa o país rumo ao Japão com o objetivo de trabalhar, economizar dinheiro e retornar ao Brasil, mas que por motivos diversos não consegue essa readaptação em sua terra natal e, conseqüentemente, retorna ao Japão. De acordo com a pesquisa de

Corrêa Costa, citada por Kojima (2009, p.104), 62,19 % dos brasileiros respondeu afirmativamente a um questionário que lhes perguntava se já haviam retornado ao Brasil e, como a maioria relata já ter retornado pelo menos uma vez, podem ser encaixados no perfil de migrantes circulares.

Recentemente o termo *repeaters*, consoante a Kajita (*apud* KOJIMA, 2009, p. 102), surgiu nas discussões acerca da migração circular referindo-se a indivíduos que tenham tido experiência de estadia no Japão por mais de duas vezes, independentemente de quando tenham ido ao Japão pela primeira vez. Mori (2000, op. Cit) apresenta uma classificação para os “migrantes repetitivos” em quatro categorias, sendo elas:

- a) isseis: o primeiro grupo é constituído pelos migrantes japoneses, isseis, que imigraram para o Brasil, antes ou após a Segunda Guerra Mundial (MORI, 2000).
- b) “profissionalização de decasségui”: o segundo grupo já é composto por nisseis, sanseis, etc. (op. cit).
- c) Empreendedores.
- d) “regresso temporário”.

Consoante a Kojima (2009) os motivos do retorno para cada uma das categorias são distintos, os indivíduos do grupo A, por exemplo, não usufruíram da concessão de visto permanente no Brasil e tinham de retornar a cada dois anos a fim de manter a renovação do visto. O grupo B, no entanto, apresenta motivos diversos tais como o insucesso na continuidade dos estudos no Brasil, tanto por parte dos próprios trabalhadores como de seus filhos; fracasso nos negócios empreendidos e dificuldade de adaptação no Japão e, por outro lado, de readaptação no Brasil. O movimento de ida e volta gerado por esse grupo foi denominado por Mori (*apud* KOJIMA, 2006, p. 103) como “profissionalização de decasségui”.

O grupo dos empreendedores representa uma minoria que obteve sucesso em empreendimentos no Brasil ou Japão, realizando o movimento de vaivém a fim de controlar os negócios. Por fim, o grupo dos regressos temporário são aqueles indivíduos que retornam ao Brasil e cuja permanência é de curto período e que, constantemente, reentram no Brasil ou Japão. A autora ressalta a importância do cuidado ao analisar tais categorias, uma vez que foram direcionadas à análise da dissertação da proponente e,

evidentemente, pela impossibilidade de classificar muitos casos com uma ou outra das classificações supracitadas.

É importante ressaltar que a migração circular é apenas um aspecto verificado entre os processos migratórios de brasileiros no Japão, mas essa característica não representa a totalidade do grupo e muitos casos não podem ser apontados como comportamentos pré-estabelecidos de maneira estereotípica. O presente trabalho busca analisar se tais movimentos afetam a questão educacional dos filhos dos imigrantes e, caso seja um fator de comprometimento no desenvolvimento educacional, delinear o perfil desses indivíduos e buscar analisar as possibilidades educacionais para tais grupos de imigrantes. Apesar da complexidade em aventar a distinção de grupos entre os imigrantes, seja como participante do grupo *return migration* ou migração circular, é importante definir quais consequências são acarretadas com esses comportamentos e como seria possível a articulação de brasileiros na sociedade japonesa.

CAPÍTULO 2 – COMUNIDADE BRASILEIRA NO JAPÃO

2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRA NO JAPÃO

O fator econômico foi certamente um dos principais motivos para a ida de imigrantes brasileiros ao Japão. Atualmente, esses imigrantes, em sua grande maioria, se tornam de operários em fábricas automotivas e de peças eletrônicas, da indústria alimentícia e da construção civil. Como já assinalado por Reis (2001), as ocupações destes migrantes são caracterizadas pelos cinco 'k's (5 "kás"): *kitsui* (pesado), *kiken* (perigoso), *kitanai* (sujo), *kibishii* (exigente) e *kirai* (indesejável). Para Ishi, além da motivação econômica, há também "a tentativa de construir no Japão uma vida típica de classe média brasileira: comprar uma casa ou apartamento, um carro novo, iniciar ou empreender um negócio" (ISHI, 2003, p. 77, tradução nossa). O autor ainda afirma que, para alguns *nikkei*, a emigração foi uma forma de prevenir o declínio social ao invés de um esforço pela mobilidade social.

Tsuda (2000) esclarece que a migração internacional tem papel fundamental na formação de grupos étnicos minoritários e, ainda, seu *status* étnico é inevitavelmente reconstituído em termos raciais ou culturais. O presente trabalho busca identificar quais são as principais características étnicas resultantes desse processo vivenciado pela comunidade brasileira no Japão e estudar esses reflexos na questão educacional dos indivíduos, especificamente os filhos dos imigrantes.

Ainda de acordo com o autor, os brasileiros residentes no Japão desenvolveram uma contra-identidade que os leva a uma afirmação comportamental de suas diferenças culturais brasileiras e, dessa forma, opõem-se às pressões japonesas por meio de determinadas políticas de identidade contra a aparente hegemonia étnica japonesa e seu domínio. Assegura que tais políticas são tidas como meios efetivos de resistência étnica de forma a legitimar o brasileiro *nikkeijin* como minoria étnica no Japão. Esse

comportamento de afirmação pode ser observado através dos símbolos culturais brasileiros, tais como a compra e preparo de comidas típicas, uso exclusivo de vestuários de marca nacional, saudações peculiares, linguagem e apresentações de dança que remetam ao estereótipo da cultura brasileira. Desse modo, diferenciam-se dos japoneses e marcam sua autenticidade como brasileiros.

Para Angelo Ishi, em seu artigo intitulado “*In the land of yen*”, boa parte da identidade decasségui é baseada na questão de classe e que, inicialmente não tinham classe definida, mas puderam encontrar sua própria classe perdida. Segundo ele, “o decasségui não precisa retornar ao Brasil para recuperar seu estilo de vida ‘real’; eles o têm no Japão, que se tornou um ‘lar doce lar’ no exterior no lugar da ‘terra do *yen*’” (ISHI, 2003, p. 86, tradução nossa).

De modo geral, boa parte do tempo dos imigrantes é destinada ao trabalho. Questões tais como saúde, moradia, lazer e educação ficam em segundo plano, pois a carga horária extensa exigida nas fábricas, aliada às características supracitadas dos cinco ‘K’s dificultam as possibilidades de inserção e vivência no meio social e cultural japonês. O modelo de organização das fábricas japonesas representa outra realidade para esses imigrantes, independentemente de sua formação escolar no Brasil, haja vista que essa formação não é levada em conta ao executar serviços como operário automotivo. Kawamura (1999) esclarece que o serviço de fábrica prescinde a conversação e que, na maioria das vezes, o silêncio e a concentração reduz ao mínimo a comunicação verbal, exceto em cargos nos quais o conhecimento da língua japonesa caracteriza-se como essencial para a realização de atividades, tais como líder de equipe e chefes em geral.

Tais trabalhos tornam-se rotineiros, repetitivos, tediosos e não requerem um esforço ativo e consciente pelos trabalhadores, que se assemelha a um autômata irracional:

o trabalho de fábrica torna-se nada mais do que uma rotina habitual e condicionada (tal como amarrar sapatos) e não envolve auto reflexividade ou ponderação. Somente uma consciência básica dos movimentos físicos e das operações mecânicas do corpo (TSUDA, 2003, p. 143, tradução nossa).

Em suma, apenas uma reduzida parte do grupo de trabalhadores

adquire conhecimento técnico do trabalho exercido nessas empresas, pois para a realização de tais funções não é necessário qualificação prévia, apenas um treinamento interno oferecido pela própria fábrica. Dessa forma, as perspectivas de aprimoramento profissional dos trabalhadores é limitada, assim como seu progresso profissional e cultural.

As implicações resultantes desse estilo de vida são diretamente percebidas na interação entre brasileiros e a comunidade japonesa com a ocorrência de diversas falhas de comunicação. Inicialmente o desconhecimento da língua japonesa pelos brasileiros poderia ser considerado o primeiro entrave nessa interação, mas além do fator linguagem, há também um choque cultural entre ambos, expresso por condutas e valores distintos. De acordo com a pesquisa elaborada por Tsuda (2003) em uma fábrica localizada na cidade de Toyama, o motivo pelo qual os brasileiros relatam distanciamento em relação aos japoneses é tido como a frieza emocional e relutância cultural em interagir com estrangeiros expressa pelos japoneses. Alguns deles inclusive relataram ter sido alvos de preconceito e racismo. O autor elucida que a interpretação que os brasileiros têm sobre os japoneses não é simplesmente de cunho individual, mas que é uma visão compartilhada pela maioria da comunidade imigrante e, dessa forma, auxiliam uns aos outros através desse reconhecimento mútuo.

Ao mesmo tempo que interpretam seu isolamento social como um produto da frieza japonesa, insularidade e discriminação, tais interpretações lhes permitem evitar reconhecer suas próprias inabilidades linguísticas e culturais de se relacionar com os japoneses, na medida em que eles mesmos são responsáveis pela sua alienação social no Japão (TSUDA, 2003, p. 150, tradução nossa).

Apesar de o autor referir-se à falha da integração brasileira na sociedade japonesa como uma possível inabilidade dos imigrantes em aceitar e até mesmo se integrar na cultura japonesa, o processo inverso também deve ser levado em consideração, pois os japoneses também criam novas estruturas para lidar com o estrangeiro. Kawamura (1999) explana sobre como esse processo é internalizado pelos japoneses:

Já os trabalhadores nativos são mais susceptíveis à rápida integração, que é feita sem questionamentos devido a sua formação segundo os padrões culturais japoneses (...) (Okamoto, 1992; Horio, 1996; Kawamura, 1998 apud KAWAMURA, 1999, p.115), o que não acontece com os estrangeiros. Estes têm outros parâmetros, que se

baseiam no *background* cultural trazido do país de origem e nas influências da cultura do trabalho local, e que são utilizados, consciente ou inconscientemente, na prática de trabalho na nova realidade social. (KAWAMURA, 1999, p.115)

O argumento levantado pela autora é de que os japoneses são preparados desde a infância a uma padronização escolar que priorize a realização de tarefas sem questionamentos. Aprende-se que o grupo deve ser valorizado em detrimento do individual e que a hierarquia e a disciplina são as chaves para o sucesso do convívio harmônico. Quando essas regras não são cumpridas, a reprovação de seus atos acontece não só no âmbito escolar, mas na esfera da sociedade como um todo. Por outro lado, a educação de brasileiros é vista sob uma outra ótica, considerando que “desde a tenra idade, a educação ocidental destaca, como já foi mencionado, a independência e a auto-expressão como valores básicos” (White *apud* KAWAMURA, 1999, p.158)”. Em outras palavras, os desencontros culturais são inevitáveis entre ambos os grupos e, portanto, a necessidade de se desenvolver diálogos a fim de buscar entendimento e comunicação para que haja uma convivência multicultural entre os mesmos.

Dentre as várias características observadas no processo de ajustamento social dos imigrantes brasileiros, algumas foram escolhidas como essenciais a fim de compreender a realidade desses indivíduos, tais como a crise de identidade, conflitos de classe, alienação social e planejamento sócio-econômico. Nas próximas seções deste trabalho, essas questões serão articuladas com o desenvolvimento educacional do grupo infanto-juvenil.

2.2 CRISE DE IDENTIDADE, CONFLITOS DE CLASSE E ALIENAÇÃO SOCIAL

Para Yamanaka (2002) as recompensas econômicas da imigração dificilmente compensam os conflitos psicológicos e o isolamento social aos quais são compelidos a vivenciar. Afirma ainda que “além da vulnerabilidade e da exploração sistemática pelas empreiteiras (*job brokers*), os trabalhadores de fábricas *nikkeijin* vivenciam preconceito flagrante e discriminação no ambiente de trabalho” (*idem*, p. 105, tradução nossa). Esclarece que pelo fato de sua

aparência com a de seus ancestrais, os japoneses tendem a esperar deles um comportamento “japonês”, ou seja, falar e agir como um nativo naturalmente faria. Quando isso não ocorre, os japoneses tendem a tratá-los de forma rude e desrespeitosa.

Apesar das exceções, muitos brasileiros *nikkeijin* sentem-se alienados e separados dos japoneses e poucos sentem que são socialmente aceitos. (...) eles (*nikkeijin*) reagem a essa rejeição étnica retirando-se ativamente para seus próprios grupos sociais, isolando-se em atos de auto segregação étnica e, por conseguinte, contribuindo para sua própria alienação social (TSUDA, 2003, p.125; tradução nossa).

Kawamura ratifica a questão ao citar que, “apesar da semelhança física e da influência da tradicional cultura japonesa em sua formação, encontram-se distantes da atual cultura do trabalho japonesa, contrariando as expectativas iniciais dos empresários e do governo japonês” (1999, p.124). Tsuda (2003) traz à tona a questão identitária do *nikkei* ao discorrer sobre sua identificação como uma minoria no Brasil, ou seja, a identificação com o Japão como seu lar³ ancestral. O Japão ganhou prestígio por esse grupo por ser um país desenvolvido em contraste com a imagem negativa que o Brasil mantinha na década de 1990 como país em desenvolvimento. Nessa perspectiva, o autor explica que muitos desenvolveram um sentimento próximo ao de “saúde” do Japão. Outro detalhe pontuado por Roth, em seu artigo intitulado *Ambiguating Practices*, é que “no Brasil, os japoneses foram modelos não apenas para as minorias, mas para a sociedade brasileira em geral. No Brasil contemporâneo, minado por problemas sociais e econômicos, o Japão continua como símbolo para a sociedade que o Brasil um dia alcançará” (*apud* LESSER, 2003,p.115, tradução nossa)

A quebra de expectativas dos japoneses no processo de imigração ao contratar a mão-de-obra *nikkei* é claramente definida no trecho de Yamanaka (2003):

A revisão da lei de imigração pretendeu e imaginou atrair o *nikkeijin* como suplemento culturalmente familiar para a reduzida mão-de-obra japonesa e para conter o alarmante influxo de trabalhadores imigrantes não-japoneses de países asiáticos, tais como Bangladesh, Paquistão e as Filipinas. Contudo, tais expectativas e intenções provaram ser malfadadas. Na chegada os *nikkeijin* notaram ser considerados não como japoneses, mas como estranhos culturais. Eles foram tratados como imigrantes da classe baixa de um país

3 O termo *home* da língua inglesa foi traduzido neste trabalho como “lar”.

atrasado. Os japoneses, por outro lado, observaram os *nikkeijin* como indivíduos perturbadoramente estrangeiros, apesar das características japonesas da maioria deles, por conta do seu vestuário estrangeiro, conduta, comportamento e pela língua portuguesa. (YAMANAKA *apud* LESSER, 2003, p. 179, tradução nossa).

O processo inverso, no entanto, também foi relatado. O ideário do Japão como o verdadeiro lar pelos imigrantes foi dissolvido pela realidade apresentada. Como resultado desse processo, o autor esclarece que esses trabalhadores são socialmente isolados e marginalizados no Japão e os define como *liminar transmigrants*, pois tais indivíduos vivenciam uma perda do lar étnico, o que antes lhes proporcionava identidade, pertencimento e enraizamento no Brasil:

Uma vez que o Japão tornou-se um local de separação social e estranhamento ao invés de pertencimento e identificação, ele deixa de ser reconhecido como o verdadeiro lar. Mesmo apesar de tecnicamente permanecer como seu país de origem ancestral e étnica no sentido objetivo, o Japão não é mais associado com os sentimentos de afiliação e afeto que fazem com que as pátrias tornem-se subjetivamente significativas (idem, p.134, tradução nossa).

O autor explana que, por conta desse rompimento étnico e pela desorientação causada pela alienação social, muitos brasileiros relatam crise de identidade, pois há uma necessidade de reorientação étnica no Japão definindo-os como brasileiros e reafirmando esse pertencimento ao Brasil como sua verdadeira pátria. As pressões culturais japonesas sobre brasileiros às quais o autor se refere variam de região no Japão, pois, em regiões onde a população *nikkei* é maior, a pressão não é tão alta, já que os japoneses locais estão acostumados e não esperam que a comunicação seja em japonês ou que seu comportamento seja similar ao de sua cultura.

No âmbito educacional, a questão identitária também é observada, como no trecho a seguir onde é relatado como as crianças são afetadas nesse processo de ajustamento cultural: “uma professora notou como um estudante *nikkeijin* (reconhecido por conta de seu rosto japonês) sofre mais do que os de descendência mista porque eles vivenciam grande pressão para se ajustar culturalmente na escola” (HIROTA *apud* TSUDA, 2000, p. 60, tradução nossa, grifo nosso). As dificuldades que pais e filhos enfrentam no processo de adaptação em seus meios sociais vão além das competências linguísticas envolvidas na comunicação entre os grupos brasileiro e japonês, mas também pela ideologia que boa parte dos educadores japoneses nutre quando o

assunto é a inserção de estrangeiros no sistema educacional japonês. Conforme Lilian Hatano (2010) aborda:

Muitos professores e pesquisadores japoneses teimam em enfatizar, e acreditam veemente que o melhor para as crianças é de que se adaptem o mais rápido possível ao sistema japonês, tornando-se somente monolíngues em japonês, não percebendo que para a maioria dessas crianças brasileiras, elas necessitam manter as duas línguas por suas ligações familiares com o Brasil. (HATANO, 2010, p. 333)

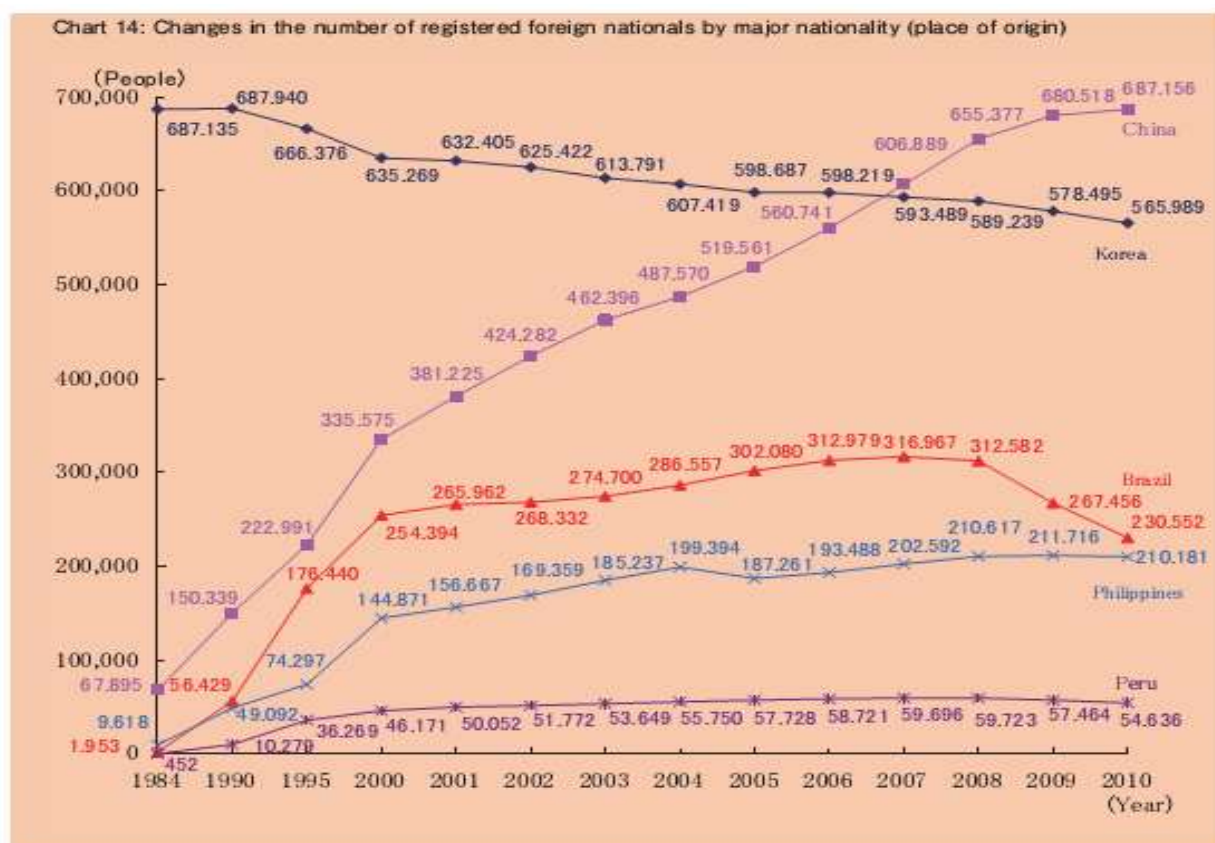
A ideologia expressa pelos professores japoneses ao enfatizar o ensino monolíngue, isto é, a incorporação sistemática do aluno estrangeiro aos padrões japoneses, significa que os mesmos desconsideram o *background* identitário trazido por esses alunos. Partindo do pressuposto da desvalorização do “eu” como indivíduo em função da padronização comportamental objetivando sua integração efetiva na escola, a rede escolar japonesa, na maioria dos casos, inviabiliza o desenvolvimento de uma educação progressista e multicultural. O trabalho de conscientização de aceitação de estrangeiros pode e deve partir do educador japonês. De outro lado, os educadores brasileiros pertencentes à rede escolar brasileira no Japão, devidamente capacitados para tal função, podem conscientizar seus alunos da importância da convivência multicultural para seu sucesso escolar.

De forma geral, as crianças não recebem estímulos para a valorização de seus costumes e valores como indivíduos com necessidades particulares e donos de uma identidade, mas são instigadas a sujeitar-se paulatinamente à cultura dominante. Consoante a Tsuda (2000), os filhos dos imigrantes eventualmente podem ser completamente incorporados à sociedade japonesa:

Essas crianças estão enfrentando fortes pressões culturais nas escolas japonesas e aqueles que migraram para o Japão com seus pais em idade juvenil estão sendo completamente assimilados, autoconscientemente ao nível de ambas as culturas. Eles serão eventualmente aceitos como japoneses e desaparecerão na sociedade japonesa tradicional, caso em que o Japão tornar-se-á sua única pátria com a qual verdadeiramente se identificarão (TSUDA, 2003, p. 156, tradução nossa).

CAPÍTULO 3- EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS E JOVENS BRASILEIROS NO JAPÃO

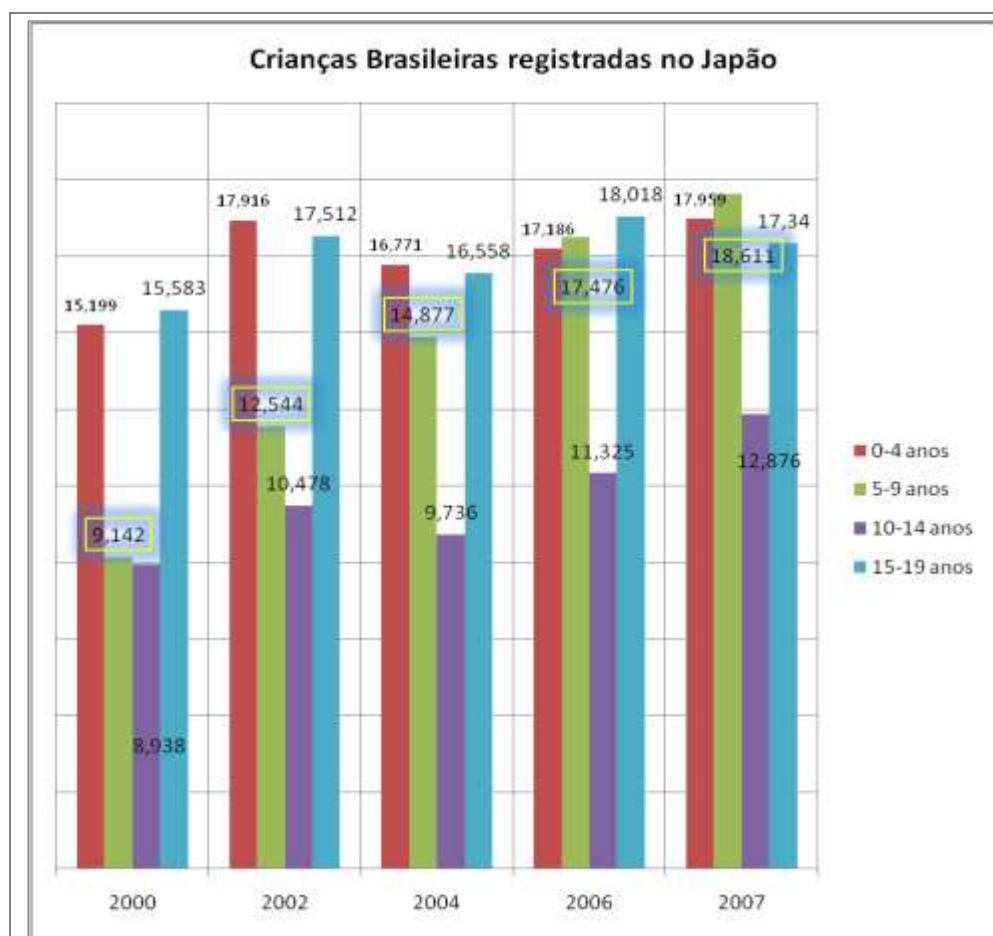
Atualmente a população brasileira no Japão, segundo dados do MRE (2012) é de 210.032 indivíduos, ocupando a terceira posição de maior comunidade estrangeira no Japão. A tabela abaixo representa a evolução dessa população desde o ano de 1984 a 2010.



FONTE: (MOJ (Ministério da Justiça do Japão, p. 3)

No quadro da imigração brasileira, verifica-se o crescente número de crianças residentes no Japão, por curto ou longo período, e as questões ligadas à educação assumem uma importância indiscutível para essa comunidade. A temática envolve questões complexas, dentre as quais o dilema do período de estadia dos pais no país, a escolha pela rede escolar brasileira ou japonesa e os desafios resultantes de sua opção, assim como o

planejamento sócio econômico e as limitações orçamentárias. A tabela abaixo ilustra esse crescimento:



Fonte: (Elaboração da própria autora com dados do MRE, 2000)

Como dito anteriormente, a maioria dos brasileiros intenciona retornar à sua pátria e vê o trabalho nas fábricas como atividade temporária, em outras palavras, almeja-se o acúmulo da maior soma de dinheiro em menor tempo possível. Tendo em vista esta característica, muitos pais optam pela matrícula de seus filhos em rede escolar brasileira no Japão, pois acreditam que o processo de readaptação no sistema escolar brasileiro ao retornarem ao Brasil ocorrerá de forma mais fácil, assim como a manutenção do idioma e cultura de seus pais. Todavia, as mensalidades dessas escolas são extremamente altas, já que não recebem subsídios nem reconhecimento como instituição de ensino por parte do Governo Japonês e, dessa forma, seus gastos administrativos são também altos.

Salvo exceção, as escolas classificadas pelo governo japonês como

“miscelâneas”, por serem reconhecidas como estabelecimentos de culturas diversas, contam com um subsídio governamental. Todavia, o *status* de tais instituições tem sido questionado quanto a sua estabilidade. Segundo dados da Associação de Escolas Brasileiras no Japão (AEBJ) de julho de 2010, existem cerca de 12 escolas miscelâneas brasileiras reconhecidas e 78 escolas brasileiras. Hatano (2010) esclarece: “Tornar-se miscelânea não garante que a escola está estabilizada. Muitas escolas que já têm esse reconhecimento estão preocupadas se terão condições de dar continuidade ao trabalho no ano que vem”.

Consoante ao Relatório sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior (2008), os principais problemas enfrentados pelas instituições brasileiras no Japão são a rotatividade e desistência dos alunos, inadimplência, pouca participação dos pais na vida escolar dos filhos, unificação de turmas de diferentes séries (muitas vezes o número de alunos é insuficiente para a formação de uma só turma) e a falta de profissionais da área.

Do outro lado, as instituições japonesas têm expressado esforços para abrigar alunos estrangeiros por meio de iniciativas de professores voluntários e brasileiros oferecendo aulas de reforço, divulgação e instruções em língua portuguesa sobre os procedimentos das escolas. No âmbito governamental, Marinho (2009) aponta as seguintes iniciativas do Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia (MEXT) em direção às necessidades de reforço de língua japonesa por parte dos alunos estrangeiros, tais como: a) provisão de instrutores que conduzam um Guia de língua japonesa; b) implementação de cursos de treinamento para o Guia de língua japonesa; c) preparação e distribuição de um “Guia para o ingresso escolar”; d) atividades que promovam a recepção de crianças regressas e estudantes estrangeiros; e) língua japonesa como segunda língua (JSL) e um projeto de apoio à criação desse currículo. O autor esclarece que as iniciativas promovidas pelo MEXT não são impostas, ficando a critério das administrações locais a decisão em adotá-las, visto que cada prefeitura tem autonomia para decidir como trabalhar com sua comunidade internacional.

Recentemente novas parcerias entre instituições brasileiras e japonesas têm surgido, tais como o programa “Evasão Escolar Zero”, do Consulado Geral do Brasil em Hamamatsu, juntamente com a prefeitura da cidade. O projeto

conta com o apoio de 17 pessoas contratadas, juntamente com membros de associações de brasileiros, instituições e autoridades locais a fim de reintegrar as crianças na escola. No nível de escolaridade superior, a Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC) em parceria com o Banco do Brasil e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) oferece aos brasileiros residentes no Japão a possibilidade de estudo na Universidade Aberta do Brasil (UAB) com um pólo no Japão. O objetivo é capacitar professores que lecionam em escolas brasileiras no país. Outras iniciativas do lado brasileiro são apontadas por Hatano (2010), tais como a organização e implementação dos exames supletivos (ENCCEJA), possibilitando a continuação dos estudos no Brasil por meio da obtenção do diploma de conclusão do Ensino Fundamental e Médio, e a criação do Setor de Educação no Consulado Geral em Nagóia, a fim de orientar e fiscalizar *in loco* a situação das escolas brasileiras.

Nessa perspectiva as dificuldades no campo educacional têm chamado atenção tanto de pais de alunos como das autoridades governamentais japonesas e brasileiras. A educação de jovens e crianças deve ser considerada como questão prioritária. Faz-se extremamente necessário refletir sobre medidas que auxiliem esse processo, como também possibilitar perspectivas de futuro para essa comunidade. É importante ressaltar que cada vez mais crianças em idade escolar estão fora da escola e que muitos jovens desistem dos estudos e iniciam a jornada de trabalho nas fábricas.

Segundo os dados apontados pela Folha de São Paulo (TÓFOLI, 2007), aproximadamente 15.000 crianças e adolescentes residentes no Japão estão fora de qualquer rede escolar. A chefe substituta dos Assuntos Internacionais do MEC afirma que muitos optam por abandonar os estudos e ingressam precocemente no mercado de trabalho. Reis (2010) aponta que o processo de adaptação em rede escolar japonesa pode ser especialmente difícil para os adolescentes. Diferentemente do ensino primário onde até a sexta série não há reprovação, o requisito para que adolescente estrangeiro acompanhe as aulas é o domínio da língua japonesa, como também é necessário para a realização do exame de admissão conhecido como *juken* para a admissão em escolas secundárias de bom nível, que por sua vez preparará o aluno para o exame que dá acesso à universidade, o *daigaku juken*. Reis aponta uma tendência à

evasão escolar por parte desses jovens que não obtiveram êxito na rede escolar japonesa:

Diante de tantos desafios, é compreensível que o adolescente brasileiro no Japão perca o estímulo para estudar dentro dos padrões do sistema educacional japonês. Na falta de alternativas, o jovem pode resvalar para a ociosidade. Esta circunstância tem induzido não pequeno número à formação de grupos delinquentes, os quais, enquanto os pais estão internados por longas horas no trabalho em fábricas e indústrias, passam a praticar furtos e até mesmo se envolvem com o tráfico e consumo de drogas (Reis, 2010, p.146).

Urge, portanto, o comprometimento com a educação de crianças e jovens brasileiros no Japão oferecendo-lhes oportunidades de educação de qualidade, seja no currículo da rede escolar brasileira ou japonesa, assim como também é necessário que haja iniciativas de resgate dessa geração juvenil a fim de diminuir o número de evasão escolar e assegurar-lhes um futuro com qualidade educacional, seja ao regressar ao país como também ao optar por residir no Japão.

3.1 REDE ESCOLAR JAPONESA

O atual sistema escolar japonês segue o formato ocidental 6-3-3-4, ou seja, seis anos de escola primária (*shougakkou*), três de ginásial (*chuugakkou*), três de ensino médio (*koukou*) e quatro de ensino superior, sendo os nove primeiros anos obrigatórios para toda a população japonesa. O ano letivo é dividido em três períodos: abril a agosto, setembro a dezembro e janeiro a março, com férias de duas semanas entre os períodos do verão, inverno e recessos da primavera. Geralmente os alunos recebem tarefas de casa para estudar durante esses períodos. A tabela a seguir representa o organograma da escola japonesa com a respectiva especialização e a idade esperada para a realização de tais períodos. Para o *shougakkou*, a matrícula de crianças é realizada a partir de seis anos, porém, antes da entrada no primeiro grau há também os jardins-de-infância para crianças a partir dos três anos de idade.

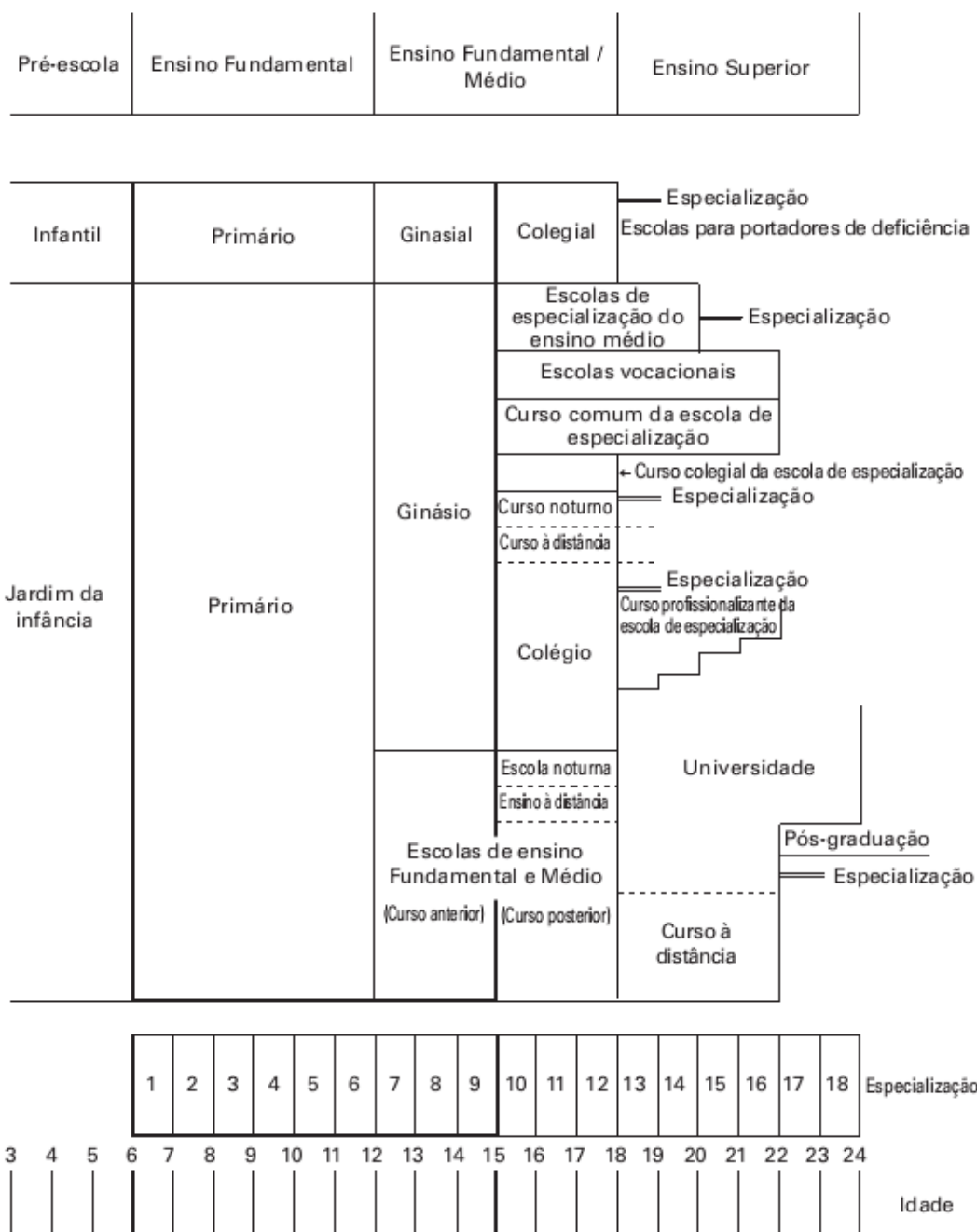
De acordo com o guia para matrículas elaborado pelo MEXT (2005), a criança estrangeira tem direito à gratuidade do ensino fundamental no Japão,

do mesmo modo como as crianças japonesas. Não há taxas de aulas ou sobre a aquisição de materiais didáticos, contudo o pagamento relativo à refeição escolar (*Kyushoku*) deve ser pago mensalmente, assim como algumas taxas relativas às atividades promovidas pela escola. Caso os pais enfrentem dificuldades financeiras, quando constatada tal situação pela Secretaria Municipal de Educação, os pais poderão receber auxílio financeiro para os pagamentos das taxas supracitadas.

Quanto às matérias ministradas, no Ensino Primário as disciplinas são: Língua Japonesa, Estudos Sociais, Matemática, Ciências, Vida Cotidiana, Música, Desenho e Marcenaria, Tarefas domésticas e Educação Física, Educação Moral, Atividades Extracurriculares e Estudos Gerais (MEXT, 2005). As atividades extracurriculares mais populares, além das escolas preparatórias para exames de admissão (*juku*), são piano, natação e beisebol. Habilidades típicas japonesas tais como caligrafia e *soroban* (ábaco) também são estudadas (CONDUIT, 1996).

Tradicionalmente, ética (educação moral) tem sido uma disciplina trabalhada em separado do currículo da escola primária japonesa, mas no período em que estávamos envolvidos, a introdução à ética tinha sido combinada no processo de ensino e interação de classe em geral. Todavia, a disciplina “ética” ainda aparecia, surpreendentemente, em um dos turnos da grade horária, demonstrando providenciar tempo extra para qualquer atividade que almejasse alcançar os padrões de excelência exigidos (Idem, p.67, tradução nossa).

Organograma da escola japonesa



FONTE: Procedimentos para matrícula em escola Japonesa, p.6

Outro ponto geralmente discutido quanto ao sistema de Ensino Primário-

Fundamental japonês é sobre a escola preparatória para os exames de admissão (*juku*) para as escolas privadas e públicas de ensino médio. A admissão em tais escolas não é realizada de forma automática, mas é intermediada por meio de exames altamente competitivos. De acordo com Conduit (1995), o conteúdo ministrado pelas escolas preparatórias podem ter cargas horárias e disciplinas distintas. A escolha da concentração das áreas a serem estudadas dependerá do tipo de escola na qual o aluno está aspirando entrar. O período de preparação em tais escolas geralmente começa no quarto ou quinto ano primário, mas também pode começar tão cedo como no jardim-de-infância.

No Ensino Ginásial (*chuugakkou*) as aulas ministradas são Língua Japonesa, Estudos Sociais, Matemática, Ciências, Música, Educação Artística, Educação Física e Saúde, Marcenarias, Tarefas domésticas e Língua Estrangeira (a princípio língua inglesa), e mais Educação Moral, Atividades extracurriculares e Estudos Gerais. A educação para crianças com necessidades especiais também é realizada no ensino primário e ginásial com classes e salas de aula especiais, oferecendo-se uma educação individualizada de acordo com a necessidade (MEXT, 2005).

Outro caminho, além do ingresso no ensino médio japonês após a formação no *chuugakkou*, é o ingresso nas escolas profissionalizantes ou escolas de especialização em curso comum ou curso superior. O ensino superior japonês é realizado nas faculdades e universidades de curto e longo período. Apesar da fama do período conhecido como *Juken Jigoku* (Inferno de avaliações), a maioria das universidades é tida como de difícil admissão, mas de fácil graduação. Abe afirma o seguinte:

“Certamente há muitas universidades japonesas onde os estudantes são compelidos a estudarem muito antes de obter um diploma, mas um grande número de universidades parece ser acomodado. Ao contrário da preocupação internacional que se dá ao Ensino primário e ginásial, a educação nas universidades japonesas não têm obtido notas altas (*Idem*, artigo 3, tradução nossa).”

De acordo com a publicação pelo MEXT (*apud* MARINHO, 2009)

pesquisas relacionadas às necessidades educacionais de estrangeiros no Japão, como orientação em língua japonesa, indicam o número de 25,411 estudantes. O número de estudantes matriculados no Ensino Primário pode ser visualizado na tabela 1 relacionando o número de estudantes estrangeiros pelo tipo de escolaridade:

Tabela 1 – Estudantes estrangeiros e o tipo de escola (2007)

Schools	2006	2007	Increase Rate
Elementary	15,946	18,142	13,8%
Junior High	5,246	5,978	14%
Senior High	1,128	1,182	4,8%
Secondary School	21	25	19%
Special Needs	72	84	16,7%
Total	22,413	25,411	13,4%

Tabela 1: Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia do Japão (MEXT) 2007

O grupo maior de estrangeiros é composto por falantes da língua portuguesa, seguidos por falantes de chinês e espanhol, conforme ilustração abaixo:

Língua materna	População de estudantes	Porcentagem
Português	10,206	40,2%
Chinês	5,051	19,9%
Espanhol	3,484	13,7%
Outros	6,670	26,2%

Tabela 2: Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia do Japão (MEXT) 2007

Basicamente há dois grupos de crianças brasileiras matriculadas na rede escolar japonesa: crianças que foram trazidas do Brasil e matriculadas em rede

escolar brasileira no Japão e o grupo de crianças que foram matriculadas em escolas primárias ou ginásiais em escolas japonesas. Para o segundo grupo, a adaptação na escola e na sociedade japonesa ocorre mais facilmente do que o grupo de crianças brasileiras isoladas socialmente do convívio japonês. Kawamura (1999) aponta a ênfase do currículo escolar japonês na formação de cidadãos japoneses, valorizando o senso de responsabilidade, organização, trabalho em equipe e que esse contato pode trazer dificuldades ao aluno brasileiro quanto mais avançada for sua idade na aquisição desses conceitos. A autora explana que “a língua local é melhor aprendida por crianças nos primeiros anos do curso primário; os demais alunos de séries posteriores enfrentam o desafio da crescente complexidade da linguagem ensinada (KAWAMURA, 1999, p.184) ”.

Para Marinho (2009) a produtividade de tais crianças é considerada baixa pois elas encontram problemas na aprendizagem básica, como as habilidades de leitura e escrita, assim como disciplinas que dependam desse conhecimento básico como requisito para seu entendimento, como o caso de ciências, estudos sociais e outras, tendo em vista a barreira da linguagem em seu processo adaptativo. Outro resultado importante levantado na pesquisa do autor é sobre como a bagagem dos pais pode influenciar na adaptação de seus filhos nas escolas japonesas, pois as famílias com conhecimento de língua e cultura japonesa demonstram mais facilidade em dar suporte escolar aos seus filhos. Quando isto não ocorre, o envolvimento da família na escola japonesa costuma ser menor ou, simplesmente, a família descarta o sistema japonês e opta pelas escolas brasileiras.

Na medida em que os pais estrangeiros não conseguem entender a língua e a escrita locais, não conseguem acompanhar o conteúdo, a metodologia e a filosofia da escola básica japonesa. Eles tomam consciência da acentuada distância entre a escolarização brasileira e a nipônica. O choque cultural, resultante dos distintos valores e condutas, certamente é uma das maiores dificuldades encontradas para a sua adaptação na rede escolar japonesa. Nessa perspectiva, o escasso ou até mesmo a falta de conhecimento da língua japonesa é um dos grandes entraves enfrentados pela comunidade brasileira no Japão.

A organização da escola básica japonesa prevê uma participação

intensa dos pais, seja em reuniões, grupos de trabalho específicos e comemorações, dentre outros, e o acesso à informação e comunicação em língua japonesa fazem-se fundamentais para o sucesso dessa interação. Contudo, o relacionamento entre pais brasileiros e instituição japonesa é precário e geralmente a presença dos pais brasileiros ocorre somente em ocasiões emergenciais. Os pais brasileiros não dispõem de tempo suficiente para o acompanhamento adequado dessas crianças em suas atividades na escola japonesa devido à extensiva carga horária exigida nas fábricas, comprometendo o desempenho escolar das crianças.

No sistema escolar são fundamentais, para o sucesso do aluno, a harmonia e a elevada produtividade da classe (equipe), para o que torna-se imprescindível a adequada participação de cada criança. Assim, há uma preocupação das famílias nipônicas com o desenvolvimento dos colegas de seus filhos. Neste sentido, a própria vizinhança tende a buscar um relacionamento com os pais dos colegas estrangeiros dos filhos, com o intuito preventivo em relação ao eficiente desempenho desses alunos (KAWAMURA,1999). É esperado, por parte das escolas japonesas, que as mães auxiliem nos deveres de casa assim como no encaminhamento de materiais que se façam necessários para a realização das atividades escolares.

A importância do relacionamento da família imigrante com a escola, pais de crianças japonesas e sociedade como um todo, portanto, faz-se extremamente necessária para que haja a inserção efetiva dessas crianças em rede escolar japonesa. Tanto a família brasileira deve reorganizar-se a fim de atender às necessidades básicas do sistema escolar japonês, inteirando-se da cultura e idioma local, como a escola japonesa deve oferecer estruturas que possibilitem essa inserção, tais como capacitação profissional dos professores japoneses e outros profissionais da área que dêem suporte às crianças estrangeiras nessas escolas.

A formação oferecida pela escola japonesa prevê a homogeneização cultural, ou seja, as crianças independentemente de sua nacionalidade, devem manter a conduta convergente. A escola japonesa assume a posição de formação do aluno interferindo em todas as atividades do seu cotidiano e a própria sociedade japonesa perpetua esse comportamento, reprovando crianças que atuem de forma diferente, ao passo que, geralmente, o brasileiro

prevê a educação de valores e conduta sob responsabilidade familiar. Kawamura (1999) evidencia que a presença de alunos estrangeiros com padrões culturais diferentes não interfere apenas no processo escolar destes, mas também no de crianças japonesas e que escolas com maior número de estrangeiros tendem a estar mais abertas a mudanças:

Em particular, a perspectiva internacionalizante do Japão vem colocando em questão a educação baseada na ideologia nacionalista, levando as escolas a incentivar, nas crianças japonesas do ensino básico, a tolerância em relação a estrangeiros e culturas diferentes. Além disso, a própria presença crescente de alunos estrangeiros levou à introdução de medidas para atender algumas das especificidades da educação desses alunos. (KAWAMURA, 1999, p. 198)

A discussão sobre a questão de crianças brasileiras em rede japonesa vem crescendo à medida que o número de matriculados aumenta e as instituições vêm tomando iniciativas para resolver o problema de adaptação dessas crianças. Recentemente percebe-se o aumento de práticas individuais de professores que se dispõem a aprender português e de voluntários que oferecem aulas de reforço e acompanhamento pedagógico específico, como também no nível institucional vem crescendo a contratação de intérpretes, reuniões especiais com pais brasileiros e mestres, horas-aula de reforço e ensino da língua japonesa e seus costumes.

Por outro lado, Kawamura (1999) esclarece que a preocupação em ensinar a língua, costume e normas japonesas o mais rápido possível prioriza a visão japonesa, pois “os métodos e processos de integração buscam incutir nas crianças estrangeiras o sistema escolar japonês, sem a incorporação sistemática de aspectos da cultura brasileira, muitas vezes necessários para um processo educacional isento de conflitos ou traumas” (KAWAMURA, 1999, p. 201). Se, por um lado, uma criança brasileira em idade avançada encontra problemas de inserção, as crianças menores rapidamente integram-se à realidade escolar japonesa, como também à língua e cultura, comunicando-se efetiva e progressivamente com os japoneses. Todavia, quanto mais inseridas nesse modelo de pensamento e conduta, maior a possibilidade de distanciamento da cultura dos seus pais brasileiros, ao ponto de muitas vezes envergonharem-se dos mesmos por não expressarem os valores que

aprendem diariamente nas escolas.

Anne Conduit, em seu livro intitulado “Educating Andy”, conta as experiências dela e seu filho, Andy, um menino australiano de nove anos de idade, em uma escola primária japonesa. A autora chega à seguinte conclusão:

Nós esperávamos que Andy aprendesse a compreender o povo japonês, operasse na sociedade japonesa e fizesse amigos japoneses. Ele realizou todos esses três objetivos, mas nunca teve êxito em alcançar um *status* de membro. Muitas vezes ele sentiu-se bem-vindo e à vontade, mas geralmente era marginalizado e tratado de forma diferente das outras crianças. Em suma, ele era sempre um convidado. Essa parece ser a norma e não a exceção, e muitos estrangeiros operando em grupos de diferentes idades têm documentado experiências similares. (CONDUIT, 1996, p. 186, tradução nossa)

3.2 REDE ESCOLAR BRASILEIRA

As escolas brasileiras no Japão surgiram a partir da segunda leva de imigrantes, na qual as famílias traziam seus filhos e, tendo em vista que na época muitas escolas japonesas recusavam aceitar alunos estrangeiros alegando não terem estruturas para comportá-los, diversas creches informais foram organizadas para suprir essa demanda. Kawamura (*apud* COSTA 2007) descreve no trecho abaixo a situação inicial dessas escolas:

Apesar de as iniciativas de escolarização terem ocorrido já no início da migração de crianças brasileiras ao Japão, o conjunto das escolas brasileiras teve uma visível expansão a partir de meados dos anos 90, especialmente nas cidades de Hamamatsu, Oizumi, Toyota, Toyohashi, Kanagawa, Shizuoka, Shiojiri e outras. Uma parte das grandes escolas surgiu de pequenas experiências de “fundo de quintal”, no início dos anos 90; outra parte instalou-se com investimentos de uma grande organização educativa privada, formando filiais em regiões com grande incidência de brasileiros.

A partir da leitura do trecho supracitado depreende-se que havia necessidade por parte da comunidade brasileira de instituições que oferecessem não apenas cuidados primários para tais crianças, mas estabelecimentos respaldados pela certificação dos órgãos competentes de ambos os países, profissionais capacitados, material didático apropriado e diversas outras estruturas necessárias para o oferecimento de um ensino de qualidade. Costa (2007) esclarece que, no entanto, tais estabelecimentos não

contavam com subsídio governamental de nenhuma espécie e que operaram tal como empresas, haja vista o fato dos obstáculos burocráticos e financeiros impostos pelas autoridades japonesas competentes para que essas instituições fossem reconhecidas como centros de ensino internacionais.

A educação dos jovens no Japão obteve maior visibilidade a partir dos anos 1990, quando a comunidade e as representações diplomáticas brasileiras dialogaram a fim de buscar ações para o desenvolvimento do campo educacional. Costa (2007) salienta que o conteúdo desses encontros fora resumido em um *non-paper* intitulado “Educação de Brasileiros no Japão” encaminhado pela Embaixada de Tóquio em direção ao Ministério de Assuntos Estrangeiros do Japão (*Gaimusho*) em 1997. O documento ressaltava as necessidades de alfabetização em língua portuguesa, assim como a adaptação nas escolas japonesas e o acesso a cursos profissionalizantes e universidades. Outro encontro importante sobre a questão nesse mesmo ano foi o I Simpósio sobre a Educação de Crianças Brasileiras no Japão, que contou com a participação de representantes brasileiros e japoneses da área educacional, pautando assuntos como reinserção de alunos brasileiros ao regressar ao país, aulas complementares de português e a adaptação das escolas japonesas. Percebe-se que a “ênfase das discussões, portanto, abrangia a preservação do idioma português, reforço nas escolas japonesas, o acesso a material didático brasileiro e mecanismos de educação à distância, de modo a preparar os jovens para a volta ao País” (Costa, 2007, p. 107).

Em 1998 foram esboçadas as primeiras linhas da discussão sobre o que posteriormente viria a resultar na Associação das Escolas Brasileiras no Japão (AEBJ), representando as escolas brasileiras no Japão perante os governos brasileiro e japonês, assim como a regulamentação e validação dos currículos emitidos por tais escolas pelo Ministério da Educação brasileiro (MEC). A pedido da Embaixada Brasileira em Tóquio, ocorreu o envio de representantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais da Educação (CONSED) e MEC objetivando à discussão com as lideranças comunitárias do Japão a fim de tomar medidas para o reconhecimento no Brasil dos diplomas emitidos por tais escolas. Costa (2007) cita o parecer emitido pelo CNE (Conselho Nacional de Educação):

A constatação, *in loco*, pelos representantes da área de educação, dos esforços que vinham sendo empreendidos pela Embaixada e pelos Consulados, ao lado da comunidade brasileira, resultou na formulação de parecer técnico (Parecer CNE 11/99) que alinhavou as regras para o reconhecimento dos estudos realizados nas escolas no Japão e estabeleceu as diretrizes para a realização do primeiro exame supletivo no exterior (Idem, p. 109).

Atualmente, de acordo com os dados da Embaixada do Brasil em Tóquio, 43 escolas brasileiras no Japão estão homologadas pelo MEC e 12 estão em processo de homologação. Consoante aos Pareceres CNE-CEB nº11/99, nº 18/2002 e nº19/2002, o Parecer CNE/CP nº30/2002 e o Parecer CNE/CEB nº25/2003 definem o funcionamento de escolas de educação básica para brasileiros residentes no Japão. De acordo com o artigo quinto do último parecer supracitado, definiu-se o seguinte pelo Senhor Ministro da Educação em junho de 2003 na cidade de Brasília:

As solicitações de credenciamento de escolas brasileiras para funcionamento no Japão deverão ser encaminhadas à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, através dos órgãos próprios do Ministério da Educação, instruídas com os seguintes documentos:

I- Comprovante de prévia autorização para instalação e funcionamento do referido estabelecimento de ensino no Japão, de acordo com legislação e normas específicas do país;

II-Regimento escolar elaborado segundo as normas legais e regulamentares brasileiras sobre a matéria;

III- Proposta Pedagógica concebida e elaborada nos termos dos Artigos 12 e 13 da LDB;

IV-Proposta Pedagógica e Organização Curricular que demonstrem observância das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas relativas ao curso mantido, enriquecidas com a cultura e língua japonesas, conforme Artigo 26 da LDB;

V- Quadro docente, técnico e administrativo, indicando a titulação de cada integrante do mesmo, obedecidas as disposições da LDB e suas normas específicas;

VI- Indicação das instalações disponíveis, incluindo-se salas de aula, laboratórios, áreas de educação física e demais dependências necessárias para o adequado funcionamento do curso pretendido.

§1º- O projeto completo, devidamente instruído, deverá ser encaminhado ao Conselho Nacional de Educação através dos órgãos próprios do MEC, por intermédio da Embaixada Brasileira no Japão.

§2º - Além do Projeto completo e devidamente instruído, a requerente escola brasileira deverá comprovar o regular funcionamento de sua sede no Brasil, na educação básica, por um período mínimo de quatro anos.

A garantia da qualidade da educação ministrada por tais escolas é

realizada pelo Ministério da Educação por meio de supletivos aplicados aos alunos que concluíram a educação média. Desta forma, caso retornem ao Brasil, poderão dar continuidade aos estudos e também prestarem vestibular nas universidades em território nacional. Costa (2007) esclarece que a maioria das escolas brasileiras no Japão oferece educação infantil e ensino fundamental, no entanto, já foi obtida a validação de diplomas do ensino médio emitidos por escolas credenciadas pelo MEC com validade também no Japão, possibilitando aos alunos prestarem exames para o ingresso na educação superior japonesa. O autor elucida que, apesar de todos os avanços conquistados até o momento, a situação está longe de ser ideal. Os dados apontados pelo Governo Japonês indicam um alto percentual de crianças e jovens fora das redes escolares apontando:

É provável que haja um número importante de jovens que ficam à margem de qualquer tipo de educação, ou porque chegam ao Japão na fase intermediária da educação fundamental e não conseguem, na falta de uma escola brasileira local, se adaptar ao aprendizado japonês, ou pelo fato de os pais não conseguirem pagar as mensalidades das escolas brasileiras. (Idem, 2007, p. 113).

Em suma, há uma profunda preocupação das autoridades brasileiras e japonesa acerca da educação infanto-juvenil brasileira e as perspectivas futuras dessa geração já que a ociosidade e a falta de direcionamento escolar podem levar esses jovens ao caminho da delinquência e criminalidade em geral, desperdiçando o futuro de milhares de crianças. Nessa perspectiva, há uma demanda por iniciativas públicas integradas por ambos os governos a fim de mitigar as consequências já enfrentadas pela comunidade brasileira no Japão, mas também propor alternativas que lhes permitam ter acesso a um ensino de qualidade, capacitação profissional, e políticas de assistência que atendam seus cidadãos no exterior.

CONCLUSÃO

A compreensão do processo histórico e dos motivos que impulsionaram milhares de imigrantes a deixarem seus lares em busca de melhores condições de vida no exterior fundamentou parte deste trabalho. A dinâmica social construída pelos *nikkei*, envolvendo aspectos como crise de identidade e alienação social, acarreta consequências diretas em sua vida cotidiana, no trabalho e, principalmente, na educação de seus filhos. Os pais, em sua maioria operários de fábrica que trabalham por longas horas, encontram dificuldades em dar o suporte necessário ao desenvolvimento de seus filhos. O acompanhamento escolar é apenas um passo para o sucesso da integração casa/escola, mas é necessário refletir também sobre a inserção social como um todo, priorizar o planejamento familiar, a compreensão da cultura estrangeira e buscar uma educação de qualidade para seus filhos junto à comunidade, independentemente da escolha da rede escolar.

A alta taxa de evasão escolar entre estudantes brasileiros ilustra a falta de motivação desses, seja em rede japonesa ou brasileira. Parece haver um limite na continuidade dos estudos, porquanto o ingresso em uma universidade japonesa é um processo árduo e demanda uma base educacional de qualidade. Questiona-se se as escolas brasileiras e japonesas capacitam os alunos estrangeiros da mesma forma que os japoneses a fim de inseri-los no rol da sociedade altamente competitiva, característica do cotidiano nipônico. Não somente a competição no âmbito escolar, mas também o período pós-escola, tendo em vista que o recrutamento para as melhores posições em empresas também é definido pela alta competitividade no processo seletivo e perfil impecável entre os concorrentes, o período conhecido como *shuushoku katsudou*.

Por meio da leitura dos textos teóricos e relatos de alunos e professores, depreende-se a necessidade urgente da criação de iniciativas que auxiliem esse processo educativo, tanto em escolas brasileiras como japonesas. Ambas as redes apontam uma série de dificuldades em acolher esse grupo e

providenciar tais iniciativas para garantir a qualidade de vida e educação, o que é responsabilidade de ambos os governos. Urge, portanto, o investimento na educação não apenas para brasileiros, mas para toda a comunidade estrangeira residente no Japão.

O investimento por parte do Governo Japonês em intermediar o sucesso do processo educativo poderá, futuramente, reverter na formação de profissionais capacitados, providos de seus direitos trabalhistas e que trabalhem sob as mesmas condições e benefícios que um cidadão japonês, portanto, cientes dos seus direitos e deveres perante a comunidade. A contratação de profissionais bilíngues que deem suporte aos alunos estrangeiros poderá facilitar a inserção dos mesmos nas escolas, assim como o aconselhamento pedagógico e psicológico para as famílias dos alunos.

Por outro lado, a promoção da educação para toda a comunidade estrangeira no Japão também deve partir da mobilização social desse grupo, ora informando-se a respeito de seus direitos e deveres, ora participando ativamente da sociedade japonesa, sugerindo reformas, propondo soluções, enfim, construindo um diálogo de cooperação multilateral. Dessa forma, será possível visualizar perspectivas de um futuro melhor para a geração de milhares de crianças e jovens que compartilham da jornada imigrante de seus pais. É necessário quebrar o rótulo de minoria étnica para uma visão de indivíduos proativos, solucionando os problemas atuais mas também de modo a evitar o surgimento de problemas sociais resultantes da desigualdade econômica, tais como a delinquência juvenil e a criminalidade em geral.

A participação do Governo Brasileiro, através do Ministério da Educação e do Ministério das Relações Exteriores, tem buscado garantir o acesso do estudante brasileiro ao sistema educacional japonês e/ou brasileiro no Japão, de modo a facilitar a integração desse grupo no país estrangeiro ou a reinserção no sistema educacional brasileiro. O imigração japonesa entre os dois países completou 100 anos em 2008, mas ainda é possível estreitar cada vez mais os laços de cooperação e intercâmbio cultural, enriquecendo mutuamente ambas as sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASSARINO, Jean-Pierre. Theorising Return Migration: the Conceptual Approach to Return Migrants Revisited. **IJMS: International Journal on Multicultural Societies**. 2004, vol. 6, no. 2, p. 253-279. UNESCO. em: <www.unesco.org/shs/ijms/vol6/issue2/art4>. Acesso em: 28-01-2013.
- CRUZ, Ricardo; ROSA, Daniel; KEISI, Minami. **Almanaque do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Escala, 2008.
- EMBAIXADA DO BRASIL EM TÓQUIO. **Educação**: Escolas homologadas. Disponível em: <<http://www.brasemb.or.jp/portugues/community/school.php>>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HANDA, Tomoo. **Imigrante japonês**: História de sua vida no Brasil. (Coleção Coroa Vermelha Estudos Brasileiros). São Paulo: T A Queiroz, 1987.
- HATANO, Lilian. In “**Escolas miscelâneas são mesmo escolas?**”. Portal Web News. Disponível em: <<http://portalwebnews.com/index.php/2010/03/14/escolas-miscelaneas-sao-mesmo-escolas/>>. Acesso em: 01 fev. 2013.
- IBGE (Ed.) **Razões da emigração japonesa**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/brasil500/japoneses/razaoemigjaponesa.html>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- ISHI, Angelo. Searching for Home, Wealth, Pride, and Class: Japanese Brazilians in the "Land of Yen". In: LESSER, Jeffrey. **Searching for Home abroad**: Japanese Brazilians and Transnationalism. Durham And London: Duke University Press, 2003. p. 75-102.
- ITAMARATY. **Número e distribuições de Brasileiros no Mundo**. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/APENDICE%20Diplomacia%20Consular%20-%20Brasileiros%20no%20Mundo.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- KAWAMURA, Lili. **O processo educativo dos brasileiros no Japão**. Nagoya: Nagoya University, 1995.
- _____. **Para onde vão os brasileiros?** Campinas: Unicamp, 1999.
- KOJIMA, Lina. Migração Repetitiva entre o Brasil e o Japão, 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009
- KUBOTA, Marília. O terror Imperialista da Shindo Renmei. **Memai**: Jornal de letras e artes japonesas. Disponível em: <<http://www.jornalmemai.com.br/2012/08/13-historia-o-terror-imperialista-da-shindo-renmei/>>. Acesso em: 16 dez. 2012.
- _____. A manipulação da Shindo Renmei. **Memai**: Jornal de letras e artes japonesas. Disponível em: <<http://www.jornalmemai.com.br/2012/08/historia-a-manipulacao-da-shindo-renmei/>>. Acesso em: 16 dez. 2012.
- LESSER, Jeffrey (Ed.). **Searching for home abroad**: Japanese Brazilians and transnationalism. Durham/London: Duke University Press, 2003.

MEC. **Brasileiros no Japão serão beneficiados pela Universidade Aberta do Brasil.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6973&catid=210>. Acesso em: 18 fev. 2013.

MEXT, Ministério da Educação Ciência e Tecnologia. **Guia**

Escolar: Procedimentos para matrícula em escola japonesa. Disponível em:

<<http://www.mext.go.jp/component/english/>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

NINOMIYA, Masato. O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão. **Revista USP**. São Paulo, v. 28, p. 245-250, 1995. Dez.fev.95/96. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/28/17-masato.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes:** Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

REIS, Maria Edileuza Fontenelle. **Brasileiros no Japão:** O elo humano das relações bilaterais. São Paulo: Kaleidus-Primus, 2001.

ROTH, Hotaka Joshua. Urashima Taro's Ambiguating Practices: The Significance of Overseas Voting Rights for Elderly Japanese Migrants to Brazil. In: LESSER, Jeffrey. Searching for Home abroad: Japanese Brazilians and Transnationalism. Durham And London: Duke University Press, 2003. p.103 - 119.

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses.** São Paulo: Contexto, 2008.

SASAKI, Elisa. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p.99-117, 11 maio 2006. Mai./junho. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 nov. 2012.

SAITO, H. (Org.) **A presença japonesa no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1980.

SEMANÁRIO ZONA NORTE (Ed.). **Dia da Imigração Japonesa - 18 de junho.** Disponível em:

<<http://www.semanariozonanorte.com.br/exibenoticia.asp?idnews=2409>>.

Acesso em: 14 jan. 2013.

TÓFOLI, Daniela. **Criança brasileira fica sem estudo no Japão.** In **Folha de São Paulo**, outubro de 2007. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0710200720.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

TSUDA, Takeyuki. The Permanence of "Temporary" Migration: The "Structural Embeddedness" of Japanese-Brazilian Immigrant Workers in Japan. **The Journal of Asian Studies**, Association for Asian Studies, p. 687-722. Aug. 1999.

_____. **The Motivation to Migrate:** The Ethnic and Sociocultural Constitution of the Japanese-Brazilian Return-Migration System. The University Of Chicago Press, Chicago, p. 1-31. Oct. 1999.

_____. Acting Brazilian in Japan: Ethnic Resistance among Return Migrants. University of Pittsburgh- Of the Commonwealth System of Higher Education, 2000.

_____. **Homeland-less Abroad: Transnational Liminality, Social Alienation, and Personal Malaise.** In: LESSER, Jeffrey. Searching for Home

abroad: Japanese Brazilians and Transnationalism. Durham And London: Duke University Press, 2003. p.121- 161.

YAMANAKA, Keiko. **New Immigration Policy and Unskilled Foreign Workers in Japan**. Pacific Affairs, Canada, p. 72-90. 1993. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2760016> .>. Acesso em: 16 Jan. 2013.

_____. Return migration of Japanese Brazilian women: household strategies and search for the "homeland". In: **Multidisciplinares**, Centro de Estudos Avançados; NEÁSIA. **Oriente-Occidente: Dimensões culturais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 85-118.

_____. Return Migration of Japanese-Brazilians to Japan: The Nikkeijin as Ethnic Minority and Political Construct. In: **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, Volume 5, Number 1, Spring 1996, pp. 65-97 (Article): University of Toronto Press.

_____. Feminization of Japanese Brazilian Labor Migration to Japan. In: LESSER, Jeffrey. **Searching for Home abroad: Japanese Brazilians and Transnationalism**. Durham And London: Duke University Press, 2003. p.163-200.